

**ABORDAGEM FUNCIONALISMO & NOVA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR**

Lorrane Estacio do Prado da Silva (UNIFSJ)

lorraneestacio10@gmail.com

Igor Pereira Muniz (UNIFSJ)

munizguin19@gmail.com

Joane Marieli Pereira Caetano (UNIFSJ)

joaneiff@gmail.com

RESUMO

Este artigo tematiza a relação entre a abordagem funcionalista e o ensino de língua conforme os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), norteado pela seguinte questão problema: de que modo o documento oficial, a saber da BNCC, recomenda e orienta o uso do funcionalismo durante as práticas pedagógicas do ensino de língua materna? Diante desse questionamento, objetiva-se, de um sentido mais amplo, analisar como este documento oficial se apropria do funcionalismo em suas habilidades requeridas. Mais especificamente, pretende-se discutir sobre o funcionalismo; logo após, contextualizar a nova BNCC no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa, traçando um retrospecto histórico da construção do documento, em menção às suas principais alterações; por fim, analisar a segunda e a última versão deste documento comparando as habilidades propostas para os anos finais do Ensino Fundamental, observando se ocorreram mudanças da versão anterior para a versão final se tratando, assim, de uma abordagem mais funcional da língua. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, seguida de uma análise documental.

Palavras-chave:

BNCC. Funcionalismo. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the functionalist approach and language teaching according to the assumptions of the Common National Curriculum Base (CNCB), guided by the following question: how does the official document, knowing the CNCB, recommends and guides the use of functionalism during the pedagogical practices of mother tongue teaching? Faced with this questioning, it is intended, in a broader sense, to analyze how this official document appropriates functionalism in its required skills. More specifically, it is intended to discuss about functionalism; right after, contextualizing the new CNCB regarding the teaching of Portuguese Language, tracing a historical background of the construction of the document, in reference to its main alterations; Finally, it will analyze these condand last version of this document by comparing the skills proposed for the final years of Elementary School, noting if there were changes from the previous version to the final version in terms of a more functional approach to language. Methodologically, it is a bibliographic research, followed by a documentary analysis.

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial, que tem como finalidade direcionar os currículos e as práticas pedagógicas de toda instituição Brasileira da Educação Básica, seja a privada ou a pública, para assim, garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A BNCC é considerada pelo MEC como um importante instrumento de gestão pedagógica para o auxílio dos docentes, e é tida também como uma exigência do sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A versão atual desse documento sofreu várias alterações até que chegasse oficialmente a versão final homologada, visto que foi elaborada por diversos especialistas de todas as áreas do conhecimento.

Este trabalho tem como temática suceder a existência de uma abordagem funcionalista nas habilidades propostas pela nova Base Nacional Comum Curricular, já que a educação é regida por este documento. Busca-se verificar, se na formação dos estudantes é desenvolvida e trabalhada a forma funcionalista da língua, no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa. Objetiva-se analisar as habilidades deste documento, mais especificamente do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental comparando com as mudanças sofridas da versão anterior a oficial.

Partindo da perspectiva do funcionalismo linguístico contemporâneo “a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 21). Ou seja, especula explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua a qual afirma que a forma gramatical depende do uso que se faz da língua, sendo sua estrutura motivada pela situação comunicativa em que se encontra.

Contraditoriamente, parte-se do pressuposto de que o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa (LP) ainda tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se em classificações e nomenclaturas sen-

do na maioria das vezes, aplicada sem um fim linguístico, não correspondendo, assim, às expectativas da abordagem funcionalista.

O ensino de Língua Portuguesa deve pressupor de uma forma mais funcional da língua, adquirindo ao seu ensino a contextualização do conteúdo de maneira reflexiva aos alunos.

Com isso, este trabalho pretende analisar abordagens funcionalistas nas habilidades de língua portuguesa no documento que rege a Educação, comparando as mudanças da segunda versão com a versão final homologada. Para discutir, portanto, sobre suas alterações. Este trabalho está dividido em três seções. Inicialmente, objetiva-se traçar um retrospecto histórico da construção do documento (BNCC); em seguida, discorrer sobre a perspectiva funcionalista e o formalismo e por fim, analisar quais mudanças foram feitas e se as habilidades adquiriram uma função mais funcional da língua em relação ao ensino de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas técnicas empregadas são a revisão bibliográfica e a análise documental, seguindo os pressupostos teóricos de Martelotta, Oliveira e Cunha (2015) para a análise do funcionalismo. Além disso, utilizou-se o guia da Nova Escola: *BNCC na prática aprendendo tudo sobre as Competências Gerais*, para contextualizar as informações sobre a BNCC.

2. A Perspectiva Funcionalista e Formalista do Ensino de Língua Materna

O ensino de língua dá-se por duas vertentes linguísticas: na primeira destaca-se o polo formalista que ressalta a forma linguística como a língua se aplica, ou seja, ficando sua função em segundo plano. Já o segundo polo, denominado funcionalista, sua forma linguística se desempenha no ato comunicativo tendo como papel predominante.

Esses dois polos se contradizem, pois o polo funcionalista defende que a língua deve ser entendida como um sistema funcional, no sentido de ser designada para determinado fim. De acordo com as palavras de Fontaine (1978:22), referindo-se ao Círculo Linguístico de Praga, “a intenção do locutor apresenta-se como a explicação “mais natural” em análise linguística: essa intenção do locutor é que fundamenta o discurso.” Ou seja, a discursivização, estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para determinado ouvinte em dada

situação.

O polo formalista caracteriza-se por conceituar a língua em termos gerais, como objeto de análise autônoma, cuja sua estrutura não depende de seu uso em situações comunicativas reais. Conforme o linguista Hjelmslev (1975, p. 3) que propusera a língua como conjunto de fatos não linguístico que se encerra em si própria totalmente dissociada de seu ato comunicativo e sua interação social. Considerava a língua apenas como um mecanismo de caráter abstrato e estático.

No entanto, tendo em vista toda apresentação do polo formalista, o polo funcionalista apresenta abordagens funcional da língua, na qual concebe a língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisada isoladamente, mas sim, como uma estrutura maleável, das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua formação gramatical. Não há separação intransponível entres esses dois aspectos da linguagem, pela definição teórica do funcionalismo. Saussure influenciou a escola de Genebra, cujos princípios representados são Charles Bally, Albert Sechehaye e Henri Frei. Frei se fez promotor da linguística de base funcional, que associava os fatos linguísticos a determinadas funções a eles relacionadas. De acordo com a linguística cognitiva que:

Caracteriza-se por adotar alguns pressupostos contrários à tradição formalista. Entre esses pressupostos está, por exemplo, a ideia de que a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de que as palavras assumem seus significados no contexto, o que implica a noção de que os conceitos são resultado de padrões criados culturalmente.

3. *Um breve percurso histórico da Base Nacional Comum Curricular*

A base Nacional Comum Curricular é a base para a Educação Brasileira, através dela pode-se acreditar em uma educação de qualidade, que seja uniforme a todas as instituições de ensino. Para a criação da BNCC, o primeiro passo foi conhecer e estudar os documentos curriculares que já foram construídos e estavam em vigência nos Estados, Distrito Federal e municípios de todo Brasil. Este documento mobilizado pelas equipes pedagógicas das Secretarias de Educação, em muitos lugares do país, contam com uma grande participação ativa dos envolvidos no processo educacional.

Os documentos oficiais da educação propõem uma aplicação funcional da língua, tal como: A Base Nacional Comum Curricular, um docu-

mento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a BNCC norteia os currículos, propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR 2016)

No que diz respeito ao Ensino Médio (EM), houve a necessidade do currículo direcionar olhares mais cautelosos, pois em 2016 aconteceu a reforma, a qual modificou todo andamento que já estava preparado em sua segunda versão. No entanto, apesar da relevância desse documento oficial que rege a educação, a primeira parte da última versão chegou em 2017 e só foi homologada em 2018.

A versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular, com novas versões e atualizações, concluída mediante amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil, garante conteúdos e aprendizagens essenciais a todos os discentes brasileiros.

O desenvolvimento integral se dá por meio de Dez Competências Gerais para a Educação Básica, apoiando a continuidade dos estudantes aos estudos, como também os seus projetos de vida. A BNCC por si só não altera o quadro de desigualdade que vivenciamos na educação brasileira, mas já é um grande avanço para que a mudança tenha início.

A BNCC foi apresentada em três versões: a primeira, em 2015, passou por uma consulta pública na plataforma online, de modo que toda a sociedade pudesse contribuir para a formulação desse documento, tendo a análise dos especialistas brasileiros. A segunda, em 2016, foi regida a partir das contribuições da consulta pública. Esta iniciativa fez com que mais de 12 milhões de contribuições fossem enviadas ao Ministério da Educação (MEC) com seminários estaduais sobre a BNCC e sistematização das contribuições.

Por fim, em 2017, saiu a primeira parte da versão final, considerando as versões anteriores do documento. O MEC findou as contribuições feitas e direcionou uma terceira e última versão do texto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), designada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, para que em 2018, fosse homologada a base completa, incluindo a parte destinada ao Ensino Médio, sendo um período de (re) elaboração dos currículos estaduais e municipais. A oficialização da BNCC estabeleceu para os sistemas e redes de ensino do país imple-

mentação do documento em pauta até 2020. (MOVIMENTO PELA BASE, 2019).

O Ensino Fundamental compreende uma das etapas da Educação Básica, categorizado por um período de nove anos, que ao longo de todo processo recebe crianças e adolescentes a partir dos seis anos de idade, alunos em constantes transformações tanto físicas, quanto cognitivas e emocionais. Nesse contexto, esta etapa requer uma problematização para pensarmos num currículo à luz do público atendido, considerando suas bagagens históricas, necessidades, sem perder de vista os direitos de aprendizagem a eles garantidos de acordo com a BNCC. Arroyo, em suas contribuições reforça a complexidade e necessidade de elaborarmos currículos para:

[...] organizar a escola, os tempos e os conhecimentos, o que ensinar e aprender respeitando a especificidade de cada tempo de formação não é uma opção a mais na diversidade de formas de organização escolar e curricular, é uma exigência do direito que os educandos têm a ser respeitados em seus tempos mentais, culturais, éticos e humanos. (ARROYO, 2007, p. 45-6).

O conceito de competência, professado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social podendo ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelece as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. (Artigos 32 e 35). Por meio de sugestões claras do que os alunos devem “saber”, levando em consideração, a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, sobretudo do que eles devem “saber fazer” para resolver demandas complexas da vida cotidiana, cidadania e do mundo de trabalho.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade devido à necessidade de se apropriarem das distintas lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas de ensino. Tendo em vista essa maior especialização, é importante retomar e ressignificar o aprendizado do EF em diversos contextos e principalmente nos componentes curriculares, buscando aprofundar e ampliar o conhecimento dos alunos. Diante dessa perspectiva é relevante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Nessa direção, nos anos finais do Ensino Fundamental, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens

em relação ao seu futuro, como também a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

4. O documento oficial da educação numa análise funcionalista

A BNCC é um documento oficial da educação direcionada ao ensino, que por sua natureza própria, lida com metodologias e conteúdos sedimentados, como afirma o Parecer CNE/CEB 7/2010:

Por essa razão, o processo de planejamento deve ter caráter estratégico e se desenvolver de forma sistemática em etapas articuladas nas UES. As dinâmicas a serem estabelecidas devem favorecer a investigação sobre o processo de desenvolvimento dos alunos, a análise e a elaboração por parte dos educadores, sobre as mediações pedagógicas necessárias para que, de fato, a aprendizagem se realize. (BRASIL, 2010)

A partir de todas as considerações realizadas acerca da construção metodológica da BNCC e da abordagem funcionalista, esta seção apresentará uma análise documental da base curricular, sob as mudanças e alterações ocorridas da segunda versão para a última versão final atualizada, no que diz respeito às habilidades específicas do 8º e 9º do ensino fundamental, buscando averiguar de que maneira essas versões se apropriaram da abordagem funcionalista para o ensino de Língua Portuguesa.

Desenvolveu-se alguns recortes da BNCC para ratificar tal pesquisa, pois essa foi a que se mostrou mais relevante a este estudo. Na medida em que todos os seus apontamentos partem das práticas de escrita e leitura no ambiente pedagógico.

Partindo do texto legal, comparando os dois documentos, percebe-se que ocorreram algumas mudanças a respeito das habilidades do Ensino Fundamental (EF). Inicialmente, fazendo os estudos da 2ª versão com a versão final, pode-se observar que os textos introdutórios do EF nos anos finais das habilidades específicas foi reutilizado da segunda versão para o documento oficial homologado. Em relação ao texto direcionado ao EF e sua abordagem linguística, apresentam para os educadores formas contextualizadas de se trabalhar com o ensino de Língua Portuguesa na sala de aula, e a sua importância para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

Em contrapartida, comparando o texto-base que foi utilizado nos dois documentos da BNCC, a terceira versão apresenta o uso mais funcional da língua nas habilidades específicas de Língua Portuguesa do 8º e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

9º anos do EF, ou seja, direcionou mais cautelosamente a atenção e a aplicação do texto-base para tal atividade, o que não foi identificado na segunda versão, em que o texto-base era utilizado como pretexto, pois grande parte das suas habilidades eram formalistas, assim, não levando a contextualização do conteúdo, a reflexão do aluno e nem uma abordagem funcional da língua.

Os quadros a seguir sistematizam a análise feita, para que posteriormente, se compreendam as discussões que serão efetuadas. Esse trabalho busca mostrar essas mudanças, começando pela segunda versão e encaminhando para a averiguação da terceira versão.

Os conhecimentos sobre a língua e sobre a norma são construídos e mobilizados na leitura e produção de textos. Eles envolvem posição ativa dos estudantes na observação de regularidades e na compreensão das convenções.

Quadro 1: Eixo: Conhecimento sobre a Língua e sobre a Norma.

Habilidades da BNCC na segunda versão – Ensino Fundamental 8º e 9º anos
(EP09LP30) Compreender a estrutura da sentença complexa: estruturas sindéticas e assindéticas; o papel da vírgula, dos conectores, dos pronomes relativos.
(EP09LP31) Compreender a conjugação dos verbos no português brasileiro (verbos irregulares mais usados).
(EP09LP33) Compreender figuras de linguagem, com destaque para a ironia, a antítese e paradoxo.
(EP08LP36) Compreender a conjugação dos verbos no português brasileiro (verbos regulares).

Nota-se que a segunda versão vinculada ao ensino de Língua Portuguesa, era contida por algumas habilidades tradicionais, sem uma contextualização para o conteúdo. As habilidades indicadas, designavam ao aluno apenas o conhecimento mecânico da língua e sua estrutura, não que isso seja algo irrelevante, mas não desenvolvia no estudante a reflexão da língua em uso.

Essas habilidades apenas estariam formando estudantes estáveis a norma culta. Como fragmento comprobatório podemos destacar que a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

maioria das habilidades encontradas na segunda versão da BNCC pertenciam ao polo formalista. O recorte das habilidades acima, demonstram um ensino monitorado da língua portuguesa, o que devia estar buscando trazer uma abordagem funcionalista na formação desses educandos que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental.

Ao analisarmos a habilidade (EP08LP36) que está totalmente descontextualizado para o ensino de língua, pois, basta somente que o aluno decore as terminações de cada conjugação sem um contexto de aplicação. Demonstra-se que não há uma abordagem linguística para analisar o português em uso, ou seja, conjugam-se formas verbais isoladamente sem o auxílio de um texto ou atividade linguística, por isso, não provoca no aluno a reflexão sobre o que está sendo transmitido.

Com isso, observa-se que para os anos finais do Ensino Fundamental, esse documento apresenta falhas que precisam ser melhoradas para se ter um ensino eficaz. Percebe-se nitidamente uma contradição, pois um documento que rege a educação e reitera em seus conceitos desenvolver diversas aptidões nos alunos, tornando o ensino mais dinâmico e contextualizado, não deveria apresentar em suas habilidades específicas a contemplação de apenas uma das diversas variações linguísticas.

Quadro 2: Eixo – Prática de linguagem. Todos os campos de atuação/ Análise linguística e semiótica.

Habilidades da BNCC atual do Ensino Fundamental – 8º ano e 9ºano
(EF09LP10) Comparar as regras de colocação pronominal na norma-padrão com seu uso no português coloquial
(EF09LP11) Interferir efeitos de sentidos decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial (conjunções e articuladores textuais).
(EF08LP16) Explicar os efeitos de sentido do uso, em textos, de estratégias de modalização e argumentatividade (sinais de pontuação, adjetivos, substantivos, expressões de grau, verbos e perífrases verbais, advérbios etc.)

(EF89LP37) Analisar os efeitos de sentidos do uso de figuras de linguagem como ironia, eufemismo, antítese, aliteração, assonância, dentre outras.

Cabe ressaltar que o documento *BNCC* é dividido em competências específicas e suas habilidades, cujas competências se relacionam aos seguintes campos de atuação social: campo da vida pessoal, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública, prática de linguagem e todos os campos de atuação. O documento sinaliza a qual competência específica cada habilidade dos campos de atuação está relacionada.

Na terceira versão, as habilidades exigidas são mais contextualizadas que a anterior. Algumas mudanças foram realizadas, principalmente no que se trata ao ensino de língua. Buscou-se relacionar esses dois polos linguísticos, utilizou o texto-base como forma de reiteração de tudo que o texto apresenta, e contextualizou de uma melhor forma o ensino de LP para o aprendizado dos alunos.

Percebe-se uma mudança em relação ao ensinamento das figuras de linguagem, pois o documento anterior compreendia as figuras de linguagem por meio de olhares direcionados apenas para a hipérbole e ironia. A *BNCC* atual em sua habilidade de LP busca na habilidade (EF89LP37) analisar os efeitos de sentidos do uso de figuras de linguagem dentre outros conteúdos, visando sua estrutura com o seu uso, tratando positivamente da abordagem funcionalista e as estruturas gramaticais.

A (EF08LP16) explica os mecanismos em uso juntamente com o texto base para explicitar as estratégias de utilização da coesão em cada âmbito, não apenas ensinar nas aulas de LP os termos isoladamente. Essa nova versão faz com que os professores trabalhem em suas aulas os conteúdos formalistas em consonância com os aspectos linguísticos, principalmente a abordagem funcionalista.

5. Conclusão

Sendo assim, diante de todas as análises realizadas sob as habilidades de língua portuguesa propostas pelo documento oficial da Base

Nacional Comum Curricular, conclui-se que a segunda versão é deficiente, pois ao analisar as suas habilidades sobre o ensino de língua encontrou-se uma perspectiva mais formalista. Destaca-se de forma geral, que a última versão buscou melhorias tanto no ensino quanto em suas habilidades, já que anteriormente tinha uma abordagem tradicional da língua na formação dos anos finais do Ensino Fundamental reformulando para a associação desses dois elementos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. 2. versão revista. MEC: 2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio>> Acesso em 09 set. 2019.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. MEC: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em 09 set. 2019.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015.

MELLO, Adriene Ferreira de; CAETANO, Joane Marieli Pereira; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. A multimodalidade no contexto da nova BNCC: considerações sobre ensino e tecnologia. In: *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 25, n. 73, p. 96-109, jan-abr.2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/73su_pl/09.pdf> Acesso em 09 set. 2019.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. A construção da BNCC. 2019. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/aconstrucao-da-bncc/>>. Acesso em 09 set. 2019.

TRICHES, Eliane de Fátima; ARANDA, Maria Alice. *A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ação da Política Educacional: breve levantamento bibliográfico (2014-2016)*.